

TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DOS ESTUDANTES INGRESSOS NO SISTEMA DE RESERVAS DE VAGAS DA UERJ NO PERÍODO DE 2003 A 2009.

MONIQUE MENDES FRANCO (UERJ), VIVIANE SILVA DE GOUVEA (UERJ).

Resumo

A política de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras, no bojo das denominadas políticas de ação afirmativa e de direitos humanos, têm oportunizado o acesso às minorias e segmentos tradicionalmente excluídos do sistema educacional público superior. No caso do estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi uma das pioneiras na implantação da medida em 2003. Todavia, a validade da política vem sendo questionada quando se identifica escolas de excelência na origem formativa desses estudantes. Este trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa que investiga a origem das escolas públicas e privadas dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas na UERJ, incluindo negros, estudantes da escola pública, deficientes e indígenas, de 2003 até 2009. Tendo como suporte a pesquisa e análise documental de ingresso desses estudantes, dados muito pouco trazidos ao conhecimento público e acadêmico, inicialmente apresentaremos uma análise quantitativa e qualitativa desses estabelecimentos. Em seguida, partimos para uma análise sócio-cartográfica dessas escolas na qual pretendemos indicar os supostos nichos de excelência e/ ou espaços segregados de modo a identificar os aspectos geopolíticos subjacentes à política de cotas. A perspectiva foucaultiana de território e de tecnologias de governo orienta a abordagem crítica dos resultados obtidos.

Palavras-chave:

políticas de ação afirmativa, cotas, território.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstâncias, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.
(Foucault. M)[1]

Territórios: percorrendo o campo

Num momento em que o Governo brasileiro discute a polêmica adoção do regime de cotas nas Universidades Federais do país apresentamos parte dos resultados obtidos no curso da pesquisa "A reserva de Vagas nas Universidades Públicas no contexto do individualismo contemporâneo: a UERJ em cena."

Vale observar que este estudo é norteado pelas ferramentas metodológicas utilizadas por Michel Foucault como a "arqueologia" (produção de saber) e a "genealogia" (produção do conhecimento) posto que estamos interessados em tecer não apenas uma análise estatística mas compreender quais as condições de possibilidade que consubstanciam políticas como a da reserva de vagas nas

universidades públicas. No caso do mapeamento investigativo proposto interessamos, sobretudo, compreender como são gestados os territórios de exclusão e inclusão promovidos pela referida política.

A propósito das metáforas espaciais que utiliza em seus trabalhos, especialmente nas descrições arqueológicas, Foucault precisa: "território é uma noção geográfica, mas antes de tudo, uma noção jurídica-política (designa o que é controlado por um determinado tipo de poder)". (CASTRO, 2009, p.414)

A intenção, nesse sentido, não é simplesmente negar ou criticar a política, mas procurar não se contentar com informações estatísticas e mesmo, com a gama de pressupostos discursivos que atuam no âmbito da produção de sentido da política de cotas. Se de fato objetivamos ampliar o acesso das camadas populares ao ensino superior público, com qualidade, será preciso empreender esforços analíticos e estratégias menos comprometidas com apelos reparadores. Será preciso romper com as interdições que são engendradas quando se procura analisar, de forma não ideológica, a eficácia da política.

Em síntese, a implantação da política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi um processo iniciado com a Lei 3.524 de 28 de dezembro de 2000 e a Lei 3.708 de 09 de novembro de 2001. A primeira estabeleceu que 50% das vagas de cada uma das universidades estaduais públicas do Rio de Janeiro (UERJ e UENF), fossem oferecidas a estudantes oriundos integralmente do ensino básico público. A segunda, determinava a reserva de 40% das vagas para estudantes auto-declarados negros ou pardos.

Nesse momento, os trâmites para o vestibular de 2002 já estavam em curso, o que acabou por ocasionar a divisão do vestibular estadual, com a aplicação de duas provas distintas. Para os estudantes da reserva foi criado o SADE (Sistema de Avaliação de Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio). Para o restante, foi aplicado o vestibular estadual normal. O problema, nesse momento, residiu no fato de que a reserva de 40% para negros e pardos foi aplicada sobre a 1ª cota - de 50% - para as escolas públicas, e, em seguida, para as vagas não reservadas do vestibular estadual. O que se viu foi um espetáculo de ambigüidades. A auto-declaração relevou toda a sorte de oportunismos. Como não havia critério social, a reserva acabou por beneficiar uma fatia da comunidade negra abastada e, com isso, reduziu-se drasticamente o ingresso de não-negros na universidade no período.

Após uma leva de ações judiciais e revelações da mídia sobre a inconsistência da política, em 2003, a Universidade propôs mudanças para o vestibular de 2004 a partir da unificação das duas legislações anteriores. Assim, a lei 4.151 de janeiro de 2003 veio a propor que 20% das vagas fossem oferecidas para estudantes oriundos integralmente do ensino público básico, 20% para negros e pardos e 5% para deficientes e minorias étnicas. A novidade estaria, ainda, na exigência de que o candidato comprovasse carência estabelecida pelo patamar de uma renda familiar líquida mensal *per capita* de trezentos reais (R\$300,00). Esse valor é atualizado em 2004 para o vestibular de 2005 para quinhentos e vinte reais brutos (R\$ 520,00).

Em 2005, uma nova mudança agrava ainda mais o confuso quadro criado. Instituiu-se a nota mínima de 20 pontos em 100, na primeira fase do vestibular. Para a segunda fase propõe-se que qualquer estudante, cotista ou não, possa eliminar três das oito provas discursivas[2], mantendo a exigência de realização do exame de língua portuguesa para todos.

Uma nova atualização, em 2007, exigiu que a renda mínima familiar *per capita* passasse a ser de seiscentos e trinta reais brutos (R\$ 630,00).

Nesse mesmo ano, a Lei 5.074, passou a incluir no mesmo percentual de vagas, filhos de policiais civis, militares, bombeiros e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos em razão do serviço.

Os impactos do conjunto destas medidas foram sentidos rapidamente. Diminuiu drasticamente o ingresso de cotistas na universidade. Sobraram vagas, especialmente nas carreiras menos disputadas. Destacou-se, por exemplo, num primeiro momento das pesquisas, que o cenário das vagas ociosas poderia indicar que, em última instância, a UERJ estaria dificultando o acesso dos cotistas pelo vestibular sob a desculpa de não "diminuir o nível" dos estudantes e atribuir algum mérito a seleção. A nota de corte passou a ser exigida para tentar amenizar as discussões acerca do despreparo dos cotistas. Os estudos preliminares apontaram, ainda, que as vagas ociosas se concentram como já referido, nos cursos menos procurados. Poder-se-ia avaliar que este seria um lado negativo das cotas, posto que as mesmas só existiriam, de fato, em cursos competitivos. Caso contrário, os cotistas, com ou sem a reserva, ingressariam na universidade.

Outro interveniente importante e pouco discutido é o *bônus* oferecido ao estudante que obtém conceito A, B ou C, na 1ª fase do vestibular. Tal procedimento aparece, mais uma vez, como uma resposta meritocrática no interior de uma política, que, a princípio, apregoa o contrário.

No que diz respeito ao corte de renda, o valor do mesmo não foi definido por meio de um estudo analítico sócio-econômico, mas por meio de um acordo entre os representantes da comunidade negra, os formuladores da proposta e a Reitoria da UERJ. Com isso, o que se observa, ao longo dos últimos 7 anos de implementação da política, é a falta de estudantes que preencham os requisitos necessários à disputa das vagas por cotas tendo em vista que a renda *per capita* exigida (chamada por alguns de renda "decapita").

Num outro ponto, o processo de financiamento, que ocorre por meio da concessão de bolsas, também apresenta ambigüidades. Até o ano de 2006, ao ingressar na Universidade, os estudantes cotistas estavam aptos a receber, durante o primeiro ano de estudos, uma bolsa, denominada *Jovens Talentos*, proveniente de duas instâncias orçamentárias: da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) ou da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Tentou-se, durante os primeiros anos, indicar professores orientadores para os estudantes. No entanto, este modelo apresentou-se como ineficaz posto que os cotistas, recém chegados em seu primeiro ano de estudos, não possuíam, na maior parte das vezes, a maturidade necessária para atuar nas pesquisas. Além desse aspecto, não havia uma "seleção" desses bolsistas e sim uma lista de nomes aptos. Ou seja, mesmo sem querer, a bolsa tinha um caráter meramente assistencial, característica que muitos defendem até hoje como sendo parte da própria aplicabilidade da política. Como a única contrapartida da bolsa era a elaboração de um relatório anual, a UERJ instituiu a necessidade de que os cotistas freqüentassem oficinas instrumentais, na maior parte das vezes de matemática, informática e português. A indicação da representação do aluno cotista como fraco e despreparado acirrou as diferenças e colocava, mais uma vez, o dedo na ferida.

Com a paulatina mudança na forma de ingresso dos cotistas, as contradições se acirraram. Houve uma diminuição expressiva daqueles que se enquadravam em todas as exigências de ingresso, sendo que a aplicação da nota

mínima e o aparente aumento de dificuldade das questões do vestibular, como já citado, fez com que as vagas destinadas aos cotistas não fossem aproveitadas.

Com isso, o modelo de concessão de bolsas concebido anteriormente também não mais se encaixava no sistema e acabou por gerar uma nova demanda de distribuição das bolsas oferecidas pela FAPERJ. Diante da não utilização integral das bolsas inicialmente concedidas ao Programa *Jovens Talentos II*, a FAPERJ começou, a partir de abril de 2007, a conceder uma nova modalidade de bolsa, denominada BIG (Bolsa de Incentivo à Graduação). No caso da UERJ, o cotista passaria a receber uma bolsa UERJ durante o primeiro ano, e se credenciaria, por mérito, a concorrer à bolsa BIG. Mérito? Sim. Isto porque era vetado o direito à Bolsa BIG, pelo menos a princípio, ao cotista que tivesse trancado e/ou sido reprovado em alguma disciplina durante os dois primeiros semestres do curso. Essa exigência pareceria contraditória, visto que muitos estudantes cotistas alegavam que tal "fracasso" devia-se, sobretudo, ao curto período de tempo em que a bolsa era concedida (dois anos, no caso) e à dificuldade de manter-se na faculdade, mesmo com a bolsa UERJ, de R\$ 190,00 reais[3], ou, ainda, devido à dificuldade de acompanhar as matérias obrigatórias.

Nesse contexto, no ano de 2007, a UERJ devolveu mais da metade das 1100 bolsas concedidas pela FAPERJ. Uma das conseqüências dessa "ausência de cotistas foi a retirada do subsídio da FAPERJ, a partir de 2008, para a concessão de bolsas para os estudantes cotistas. Os alunos ingressos pelo sistema de cotas recebem, desde então, bolsas durante toda a sua permanência na universidade, ou seja, em média de quatro a cinco anos, com o orçamento da própria universidade.[4] Com a medida, questões ficam em aberto: os anteriores critérios de corte como reprovação, trancamentos e acúmulo de outras modalidades de bolsas permanecem mantidos? Tudo indica que não.

2- Territórios: caminhos percorridos

A partir deste cenário, exposto de forma sucinta e de modo a estabelecer um primeiro patamar analítico, o vestibular da UERJ de 2008 foi estudado na pesquisa, em separado.[5] O objetivo é construir um modelo comparativo para análise entre os diversos anos da adoção da política de cotas[6].

Dos 56 cursos oferecidos pela UERJ no vestibular 2008, num total de 5.213 vagas, sendo que destas, 2.823 destinadas à não-reserva e 2.390 destinadas à reserva. Destas últimas, ficaram ociosas 1.327 vagas das quais 942 foram transferidas para não reserva, sobrando, ainda, 385 vagas. Somadas as 17 vagas ociosas da não reserva, a UERJ deixou em aberto, no vestibular de 2008, 402 vagas públicas. A transferência de vagas, assim, passa a escamotear a verdadeira finalidade da política de cotas em todos os sentidos posto que há, ainda, a transferência tanto da reserva para a não-reserva quanto no interior das vagas destinadas à reserva. Ou seja, os 5% destinados aos deficientes e filhos de policiais mortos em combate são constantemente transferidos para as vagas da escola pública ou de negros. Das vagas originalmente oferecidas apenas 1.064 se transformaram e matrícula efetiva na reserva e 3.765 foram destinadas à não-reserva, quantitativo distante dos oficiais 45% de vagas destinadas às cotas. Tudo indica que o estudante que concorre à reserva não chega à universidade seja porque é barrado no corte de renda (renda *per capita*) ou mesmo, esbarra nos critérios adotados pela UERJ na seleção do vestibular. Antes de 2003, primeiro vestibular com o sistema de cotas já implantado, a nota da 1ª etapa eliminatória era 30. Esta nota foi alterada quando da adoção da política para 40. Tudo indica que muitos estudantes são, neste momento, eliminados. Por outro lado, antes da implantação da política de cotas não

havia a média mínima de 20 pontos que hoje é exigida dos estudantes. Anteriormente, bastava não zerar nenhuma prova para não ser eliminado.

Quando nos deparamos com a diferença dos índices da relação candidato-vaga nos cursos, as discrepâncias são gigantescas. Como a procura é menor nas vagas da reserva, a relação candidato-vaga é muito menor também. Todavia, em alguns cursos de excelência, como o Direito, a Medicina ou determinadas Engenharias, observa-se a totalização da ocupação das vagas, sobretudo às destinadas à escola pública. Todavia, não era possível saber, na UERJ, de qual escola pública estávamos falando quando eram preenchidas as vagas desses cursos de excelência. Como ficam as Escolas Técnicas e os Colégios de Aplicação, estes últimos, também com cotas destinadas aos professores e funcionários, na grande maioria oriunda da classe média brasileira? O curso desta pesquisa tem como um de seus objetivos a investigação da modalidade de ingresso desses estudantes, averiguando, não só, os índices de aprovação no vestibular das escolas públicas de excelência, como também, as vagas da reserva preenchidas pelos estudantes dos Colégios de Aplicação e Escolas Técnicas.

Para cumprir com estes objetivos, o processo de investigação e coleta de dados foi iniciado em março de 2009, apesar de alguma resistência por parte dos órgãos e departamentos competentes. Num processo que demorou quase um ano, foi autorizado, por parte da Sub-reitoria de graduação (SR1), o acesso aos dados brutos do Departamento de Informática (DINFO) referente à escola de ingresso dos estudantes cotistas bem como a modalidade de reserva e aos arquivos brutos do Departamento de Administração Acadêmica (DAA). O trabalho é inédito.

O quadro 2 procura dar visibilidade ao ingresso geral por tipo de escola.[7]

O primeiro obstáculo encontrado foi à existência de um número muito grande de escolas não informadas, públicas (444) e privadas (692), além de escolas não informadas oriundas de outros estados, somando um total de 1338 vagas não identificadas.[8]

Num segundo momento tivemos dificuldades em estabelecer o número correto de escolas, pois a listagem em *Excel for Windows* identificava e quantificava como escola diferente qualquer nome com grafia diferenciada. Por exemplo: Colégio com acento ou "Colegio" sem acento eram contabilizados como escolas diferentes impedindo, assim, que obtivéssemos o número exato de escolas envolvidas com a reserva. Esse mesmo problema se repetiu com abreviações diversas, falta de til ou qualquer outra diferenciação gráfica.

Com esse grande hiato de informações, a complementação e atualização destes e de outros dados não informados estão sendo obtidos junto ao Departamento de Admissão Acadêmica (DAA), por meio de um trabalho manual nos arquivos, processo por processo, de cada estudante, em cada curso e em cada ano.

As tabelas a seguir em anexo, fazem parte desta etapa preliminar de análise.

Na tabela 2 [9] podemos observar o número total de ingressantes entre o ano de 2003 e o 1º semestre de 2009. No caso dos ingressantes pelas cotas de deficientes e indígenas e, mais recentemente, por filhos de policiais mortos ou invalidados em combate (184) será necessário precisar em quais categorias cada estudante se enquadra. Alguns problemas já foram observados quando da nossa primeira pesquisa nos arquivos da Universidade, embora os dados ainda sejam prematuros para generalizações e/ou definições. No caso dos estudantes auto-declarados indígenas, a estratégia tem sido "identificar uma herança identitária" posto que os

primeiros habitantes no Brasil foram os índios, e, assim, por conseguinte, seríamos todos "indígenas-descendentes" . No caso dos deficientes, o universo até aqui explorado não identificou casos de surdez, que indicaria a necessidade de um intérprete da língua de sinais no curso, ou de cegos, cujo ensino também requer toda uma especificidade metodológica. As deficiências estão no âmbito de alguns "cadeirantes" e problemas de locomoção como "pés tortos" ou problemas severos de coluna. Mais intrigante ainda é o universo dos que se beneficiam da Lei por ser parente direto de policiais mortos ou invalidados em serviço. Ou seja, no universo de ingresso dos estudantes cotistas, por categoria de tipo cota, precisa ser melhor investigado.

A tabela 3 é fruto de nosso interesse territorial em identificar quais as principais escolas públicas ou privadas que têm se destacado no vestibular da reserva.[10] O Colégio Pedro II, Escolas Técnicas Estaduais (administradas pela FAETC), Escolas Técnicas Federais etc. se destacam. Apenas uma escola estadual regular aparece no *ranking* das 10 primeiras escolas. Vale observar, porém, que estes dados indicam a posição das escolas com relação ao número de estudantes ingressos pelo sistema de cotas, mas será necessário correlacionar, em outro momento, a relação do número total de estudantes matriculados pelo sistema de cotas em cada uma das escolas. Ou seja, os colégios identificados nesta tabela são aqueles que por abrigar um quantitativo muito grande de alunos, com várias sedes, como no caso do Pedro II, acabam por se destacar.

A tabela 4 retrata o *ranking* as escolas públicas (federais, estaduais e municipais) na relação com o tipo de cota.[11] Já a tabela 5 apresenta, apenas, as escolas estaduais.[12]

Com o objetivo de estabelecer uma análise geopolítica das escolas identificadas está em curso um primeiro estudo envolvendo a relação da renda dos bairros e o índice de desenvolvimento humano dos mesmos. É importante frisar que o índice do IDH varia de zero até 1, sendo considerado: baixo, entre 0 e 0,499; médio, de 0,500 a 0,7,99 e elevado, quando maior ou igual a 0,800.

De acordo com o identificado até o momento,[13]entre o *ranking* das 10 primeiras, apenas uma escola está localizada num bairro cujo IDH é considerado baixo. As demais estão localizadas em bairros com IDH médio ou alto. Ainda que haja uma mobilidade de estudantes entre a residência e a escola de origem, esses dados, se averiguados mais detalhadamente, poderão nos trazer mais elementos para a investigação, sobretudo no que diz respeito às classes sociais mais favorecidas com a política. Isto porque, mesmo com a exigência já mencionada do corte de renda, o elevado número de escolas particulares ou de escolas federais ditas de "excelência", que costumam abrigar na sua maioria, estudantes de classe média e classe média alta, foram bastante significativas no estudo.

Entre as Escolas Federais[14], o já confirmado Colégio Pedro II e as esperadas Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e a Escola Técnica Federal de Química, o Colégio de Aplicação da Universidade federal Rural e da Universidade Federal do Rio de Janeiro e os Colégios Militares. Mais uma vez o IDH premoninante é superior a média.[15]

No universo das escolas particulares[16], chama atenção as escolas não mencionadas pelos estudantes no ato da inscrição *on line*. Tal fato pode indicar uma tentativa de encobrir a caracterização dos mesmos. A atualização dessas informações, como já mencionada, está sendo feita manualmente pela equipe, nos arquivos do Departamento de Admissão Acadêmica (DAA) da UERJ, onde estão arquivados os documentos dos estudantes. Colégios de excelência como o PH

evidenciam, também, desvios no que diz respeito ao corte de renda exigido. As mensalidades dos colegios selecionados e a correlação dos bairros nos quais os mesmos ficam localizados indicam a existência de uma classe média alta sendo beneficiada pela reserva.[17]

Todavia um dado relevante precisa ser observado. Como estamos trabalhando, neste momento, com os dados cheios, de 2003 até o primeiro semestre de 2009, os anos de 2003 e 2004, nos quais não eram exigidos cortes de renda, podem conferir uma dimensão distorcida. Ou seja, será necessário estabelecer análises, ano a ano, para identificar a eficácia ou não do corte de renda e outros intevientes.

3- Caminhos a percorrer

O que expomos agora é fruto dos primeiros esforços empreendidos. Toda uma gama de outras abordagens, como a realização de grupos focais, produção de sentido midiático, comparações com outras experiências etc comporão o cenário conflituoso no qual se insere esta pesquisa.

É grande o volume de trabalho que temos pela frente. Ficou evidente a necessidade de comparação dos dados provenientes ao ingresso dos estudantes cotistas e não cotistas de modo a dar a amplitude necessária à compreensão deste universo.

Será que de fato vivemos uma política de reserva de vagas na UERJ ou a mesma se configura, simplesmente, naquilo que Foucault (1997) chamou de *estratégia de governamentalidade* no campo das políticas sociais? Neste contexto, instrumentalizada por práticas filantrópicas e caritativas, a inclusão afirma uma cultura da ascese que retorna ao indivíduo na auto-responsabilização pelo seu próprio destino, investindo na prática de policiamento em relação a si próprio (governo do comedimento) ou ao outro (combate ao desgoverno) que cada um de nós passa a policiar, seja em nome da segurança (vida pacificada) ou da democracia (justiça restaurativa). (PASSETTI, 2007, p.34) Inclusão e segurança tornam-se, deste modo, binômio fundamental à demanda por controle e à gestão do risco. A análise da governamentalidade abarca, então, em um sentido muito amplo, o exame que Foucault (1994, p. 644) denomina as artes de governar - "Governar um Estado será, então, pôr em funcionamento a economia, uma economia ao nível do Estado inteiro, isso é, com relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um e ter uma forma de vigilância, de controle (...)".

É neste contexto que a investigação de determinadas políticas auto-denominadas "inclusivas" constitui-se em uma importante dimensão para entender como se produzem os percursos de vida de estudantes e/ ou de jovens, marcados por uma constelação de circunstâncias sinalizadoras de movimentos de captura e agenciamentos. Pode-se identificar, nesse cenário posto de forma exploratória, que a vitimização e a infantilização dos atores sociais envolvidos no processo é marcante. Por exemplo, a Universidade tem disponibilizado uma verba semestral para compra de um livro, uma mochila e um *pen drive* para os estudantes cotistas! É lógico que quem não é cotista reclama ou zomba da iniciativa.

Com Lefebvre aprende-se que a política é um campo de ação em constituição e, portanto, um sistema inacabado. A necessidade de produzir um acompanhamento constante indica, assim, a pertinência de pesquisas na área, sobretudo aquelas que se propõem a transitar entre o empírico e o constante diálogo com os sentidos e práticas que advém de seus próprios atores. É o que se pretende atingir com esse estudo e o que justifica sua principal contribuição.

Referências Bibliográficas

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault, 2009.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica. In: Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. RJ: Zahar, 1997.

_____. Ditos e Escritos III. MOTTA, B. M. (ORG) RJ: Forense Universitária, 1994.

Passetti, E. *Poder e Anarquia*. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. *In: Verve - Revista Semestral do Nu-Sol: PUC- SP, V.12, 2007.*

[1] *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.p.09

[2] Há uma forte alegação de que provas, como, por exemplo, de língua estrangeira, beneficiam uma elite que teve acesso a cursinhos, ou, como no caso de algumas disciplinas das ciências "duras", como matemática, física etc., cuja carência de professores na rede pública muitas vezes representou a ausência do ensino das mesmas. Nesse sentido, a eliminação de três provas, garantiria uma "reparação" frente à precariedade do ensino.

[3] Atualizada para R\$ 250,00 reais no ano de 2008.

[4] Atualmente o valor da bolsa de permanência é igual as demais bolsas da UERJ, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

[5] Anexo 1 - QUADRO 1.

[6] No caso do vestibular de 2009, só recentemente foi divulgada a lista primeira lista de remanejamento interno ainda não integralizada.

[7] Anexo 2 - QUADRO 2.

[8] Anexo 3 - TABELA 1.

[9] Anexo 4 - TABELA 2.

[10] Anexo 5 - TABELA 3.

[11] Anexo 6 - TABELA 4.

[12] Anexo 7A - TABELA 5.

[13] Anexo 7B - QUADRO 2.

[14] Anexo 7C - TABELA 6.

[15] Anexo 7D - QUADRO 3.

[16] Anexo 7E - TABELA 7.

[17] Anexo 7F - QUADRO 4.

ANEXO 1 – QUADRO 1

VESTIBULAR UERJ 2008				RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA			MAIOR CR.		MENOR CR.	
							N.R	R.	N.R	R. ¹
TOTAL GERAL DE VAGAS	5.213			5.29			92.50 MED.R IO	83.50 MED.R IO	20.00E. MERI O	20.00G EORI O
TOTAL GERAL DE INSCRITOS	27.587						88.75L ET.RI O	79.50C .BIOR IO	20.25C. BIOSG O	20.00G EOFE BF
TOTAL GERAL DE VAGAS DA NÃO-RESERVA	2.823						87.75 DIR.R IO ²	74.75 DIR.R IO	20.50F IS. RIO	20.00H ISTSG O ³
TOTAL GERAL DE INSCRITOS NA NÃO-RESERVA	25.565									
TOTAL GERAL DE MATRICULADOS NA NÃO-RESERVA	3.765			9.60						
TOTAL GERAL DAS VAGAS DA RESERVA	2.390									
	R.P	N.	(*) ⁴							
	1.048	1.048	294							
TOTAL GERAL INSCRITOS NA RESERVA	2.022									
	R.P	N.	(*)							
	1.292	673	57							
TOTAL GERAL MATRICULADOS NA RESERVA	1.064			2.06						
	R.P	N.	(*)	R.P	N.	(*)				
	437	637	263 ⁵	1.23	0.64	0.19				
TOTAL DE VAGAS OCIOSAS NA NÃO-RESERVA	402									
TOTAL VAGAS OCIOSAS NA N.R DEPOIS DO REMANEJAMENTO	17									
TOTAL VAGAS OCIOSAS NA RESERVA	1.063									
TOTAL DE VAGAS OCIOSAS NA R. DEPOIS DO REMANEJAMENTO	385									
TOTAL VAGAS TRANSFERIDAS DA N.R PARA R.	01									
TOTAL VAGAS TRANSFERIDAS DA R. PARA N.R.	942									

¹ Nomenclatura: **N.R.** – não reserva; **R.** reserva;

² A nota mínima de entrada nas vagas da não-reserva, oscilando entre 20,00 e 20, 50, aparece em 07 cursos do total de 56 cursos oferecidos. Esse número se eleva para 11 cursos se considerarmos a nota mínima de entrada até 23,00 pontos.

³ A nota mínima de entrada nas vagas da reserva, oscilando entre 20,00 e 20, 50, aparece em 16 cursos do total dos 56 cursos oferecidos. Esse número se eleva para 34 cursos, se considerarmos a nota mínima até 23,00 pontos.

⁴ Nomenclatura: **RP** – rede pública; **N** – negros; (*) – deficientes e filhos de policiais e/ou agentes penitenciários mortos em combate;

⁵ Surpreende o número geral de matriculados nesta categoria. Este é um dado que precisa ser averiguado mais de perto. O trabalho monográfico de uma integrante do grupo de pesquisa pretende cumprir com este objetivo.

- Anexo 2 – QUADRO 2

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESTUDO PRELIMINAR DA OCUPAÇÃO DA RESERVA DE VAGAS POR TIPO DE ESCOLA DE 2003/2009

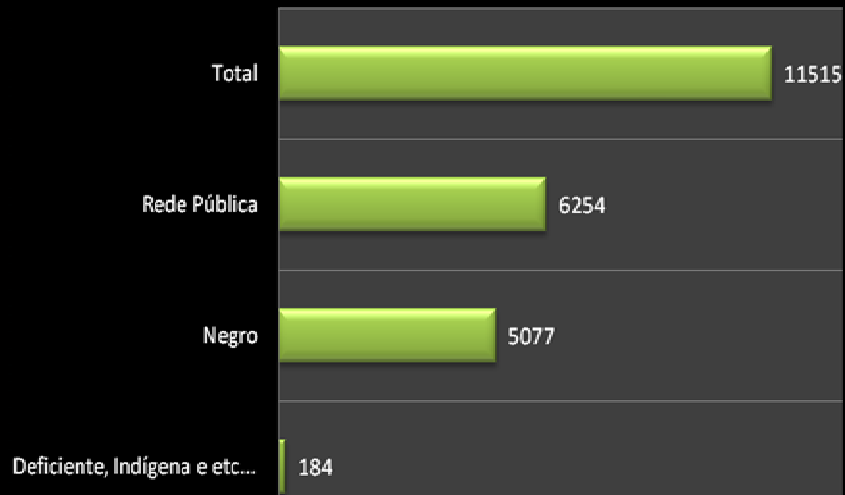
ESTUDO PRELIMINAR DA OCUPAÇÃO DA RESERVA DE VAGAS POR TIPO DE ESCOLA DE 2003/2009																			
ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS					ESCOLAS PÚBLICAS FEDERAIS									PARTICULARES		NÃO INFORMADAS			
	Escola Estadual	Escola Municipal	Esc. Téc. Estadual	CIEP	Cap. UERJ	Cap. UFRJ	Cap. Rural	Col. Pedro II	Es. Técnica Federal Celso Suckov	Es.Téc. Federal de Química	Esc. Poli. Joaquim Venâncio	Instituto de Edu.	Colégio Militar	Particular	Supletivo	Particular	Pública	Outros Estados	Não informado
Total	4633	93	2024	430	65	43	57	721	250	165	16	430	92	1109	49	692	444	132	70

- Anexo 3 – TABELA 1



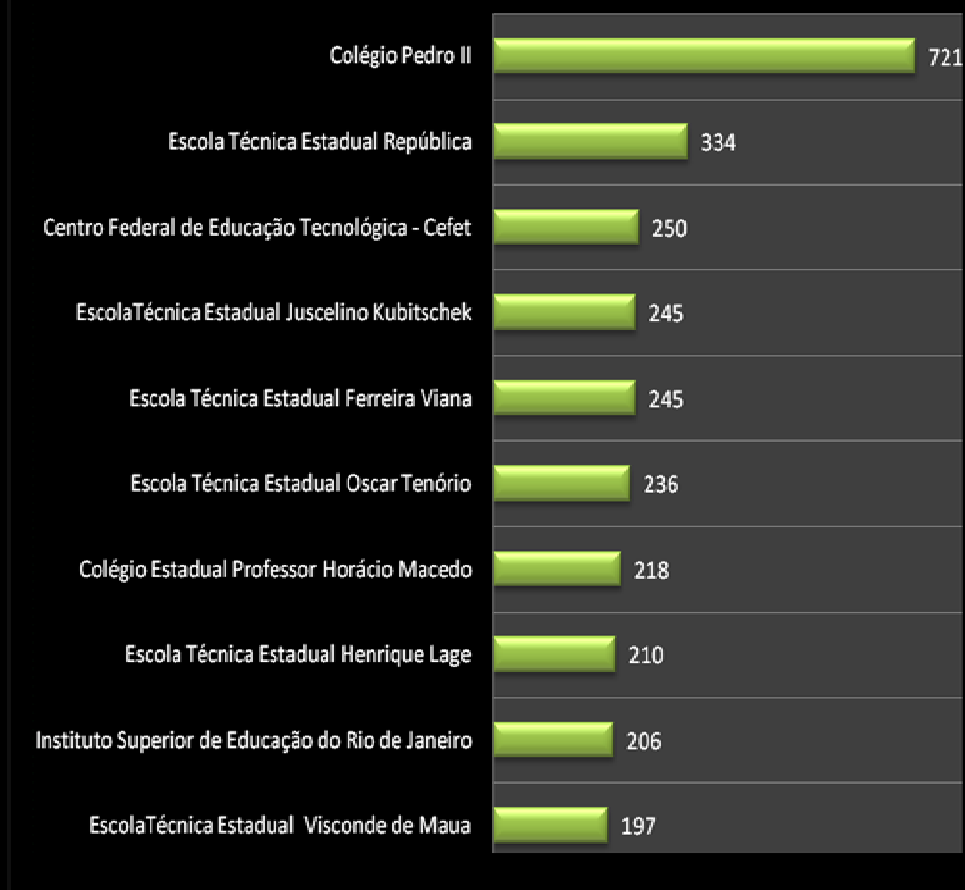
- Anexo 4 – TABELA 2

Total de ingressantes da reserva de vagas no período de 2003/2009



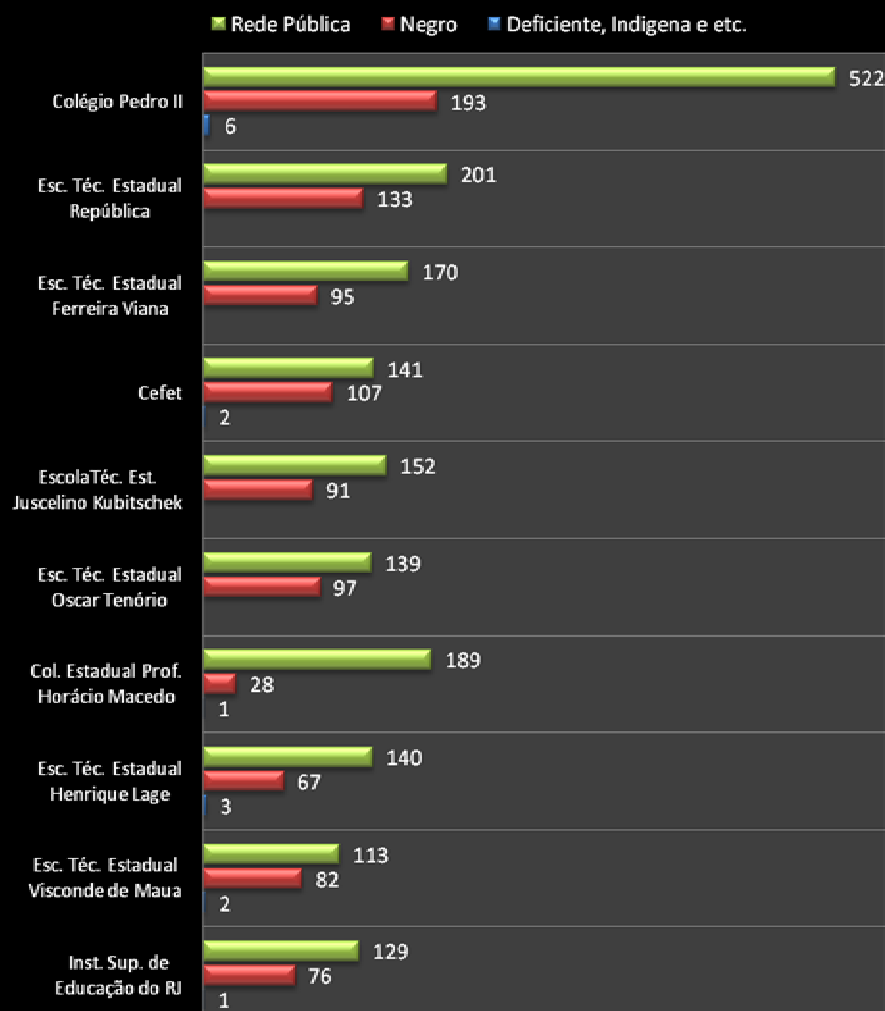
- Anexo 5 – TABELA 3

As dez primeiras escolas do ranking da reserva de vagas na UERJ

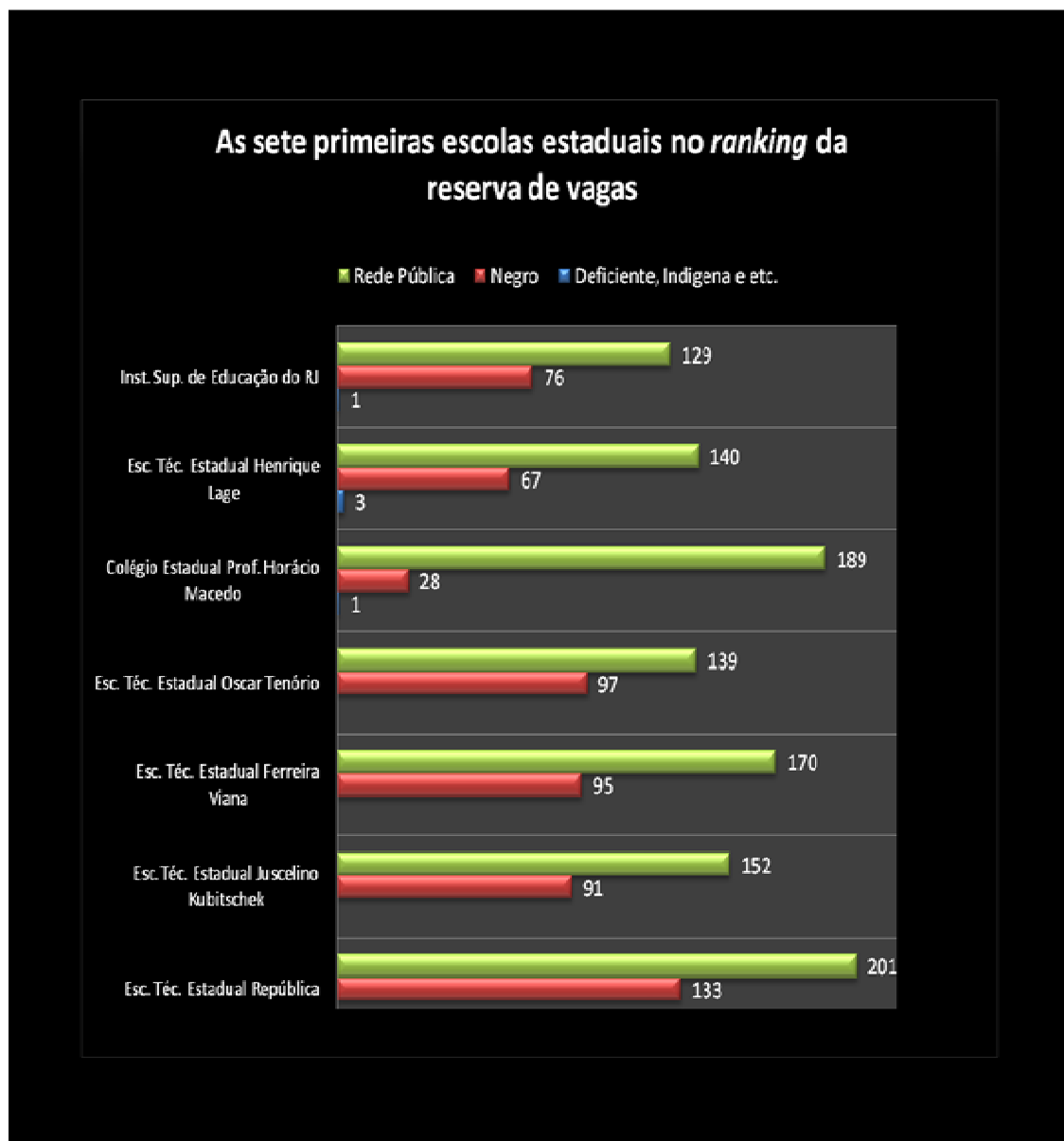


- Anexo 6 – TABELA 4

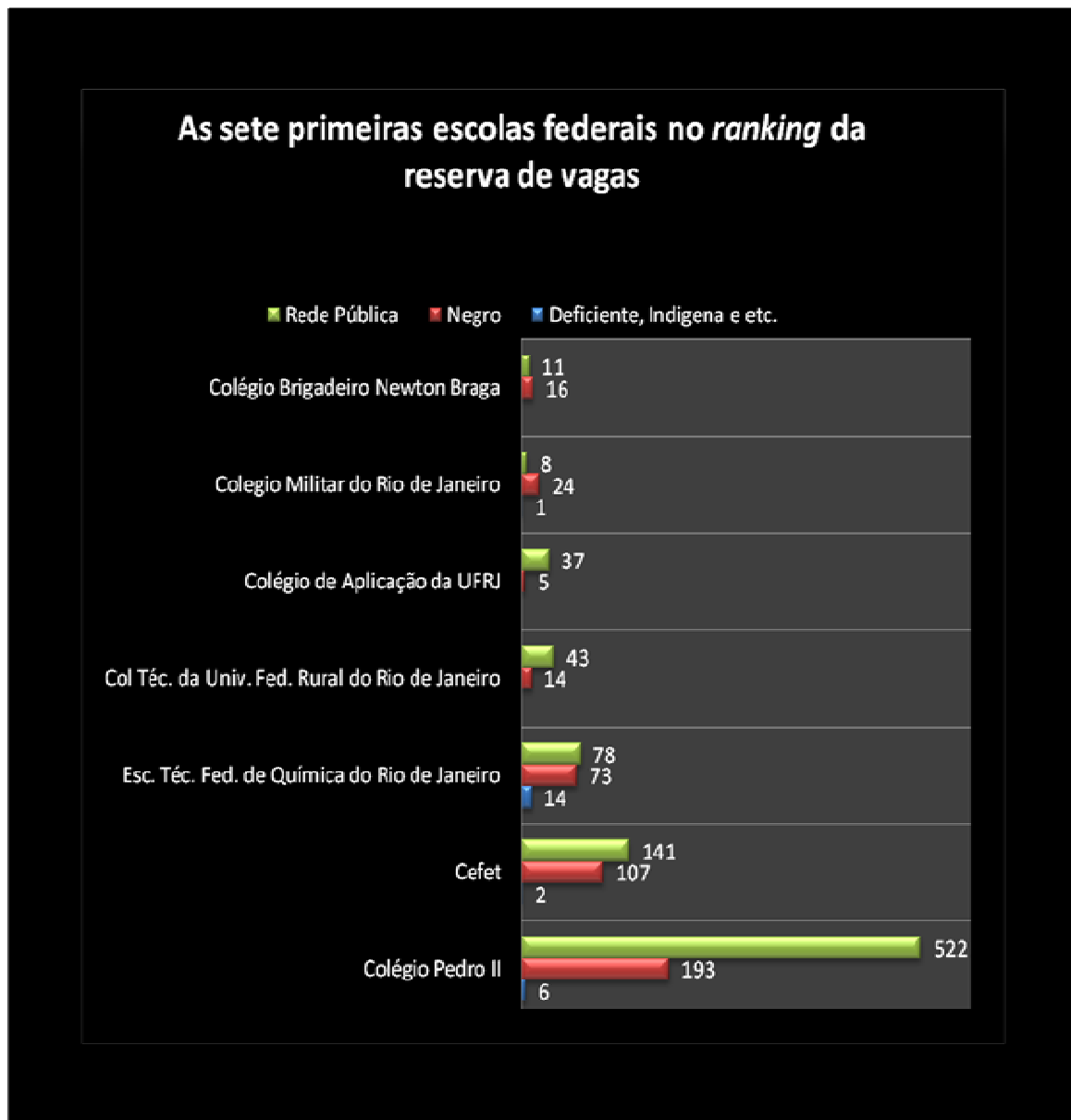
Ranking das escolas públicas - federais, estaduais e municipais



- Anexo 7A – TABELA 5



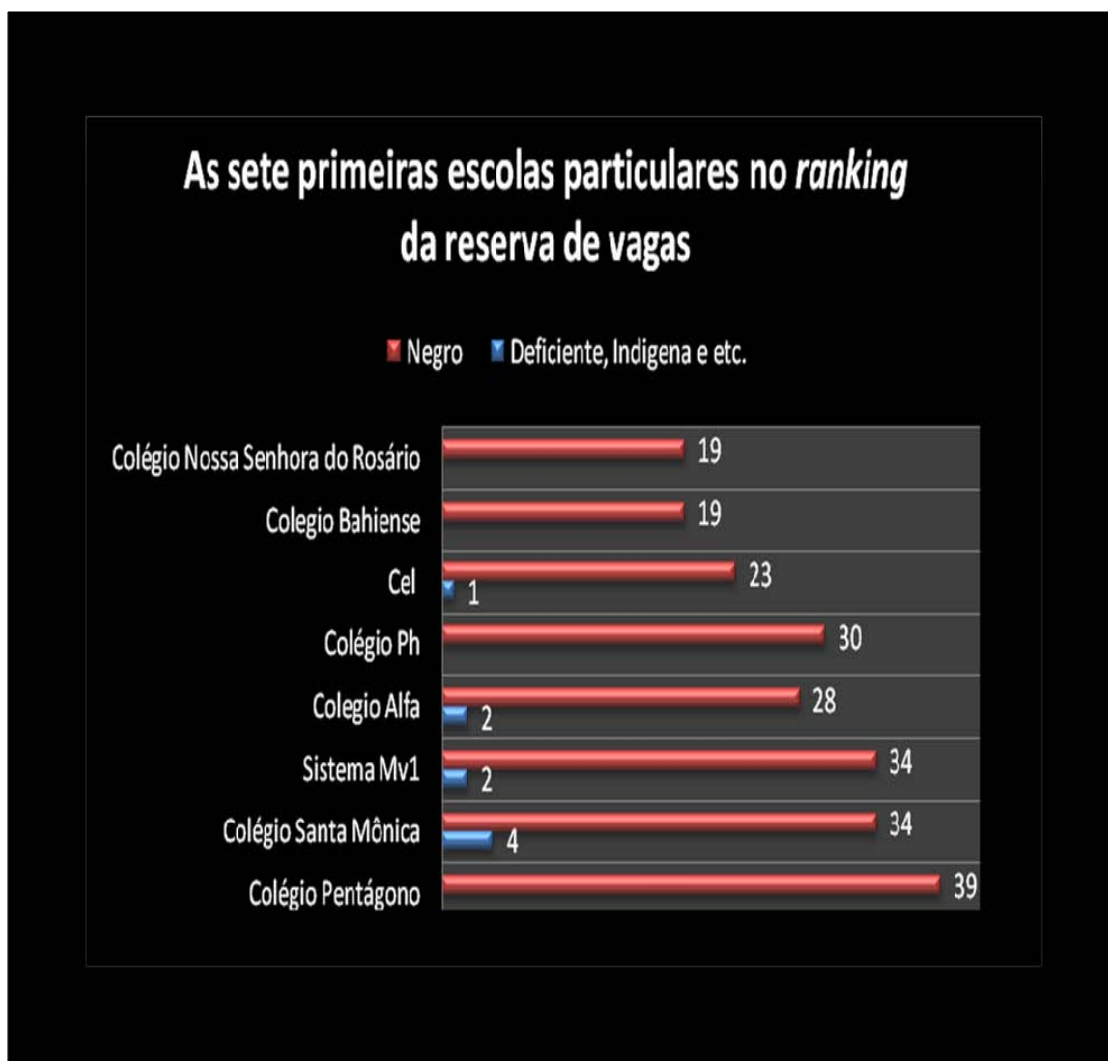
- Anexo 7C – TABELA 6



Anexo 7D– QUADRO 3

ESCOLA por ordem de aprovação	BAIRROS	RENDA per capita dos bairros	IDH
Colégio Pedro II	Centro,	R\$ 633,36	0,894
	São Cristóvão	R\$ 412,39	0,833
	Humaitá	R\$ 1830,65	0,959
	Tijuca	R\$ 1204,61	0,926
	Engenho Novo	R\$ 573,33	0,858
	Realengo	R\$ 316,41	0,803
	Niterói	Não informada	0,886
	Duque de Caxias	Não informada	0,753
Cefet	Maracanã	R\$ 1206,73	0,944
	Nova Iguaçu	Não informada	0,762
	Maria da Graça	R\$ 505,40	0,860
Cefeteq	Nilópolis	Não informada	0,788
	Maracanã	R\$ 1206,73	0,944
	Paracambi	Não informada	0,771
	Realengo	316,41	0,803
	Duque de Caxias	Não informada	0,753
	Volta Redonda	Não informada	0,815
CAP – UFRRJ	Seropédica	Não informada	0,759
CAP – UFRJ	Cidade universitária	R\$ 300,31	0,778
Colégio Militar do Rio de Janeiro	Tijuca	R\$ 1204,61	0,926
Colégio Brigadeiro Newton Braga	Ilha do Governador	R\$ 300,31	0,778

- Anexo 7E – TABELA 7



• Anexo7F – QUADRO 4

ESCOLA por ordem de aprovação	BAIRROS	RENDA per capita dos bairros	IDH	Mensalidade média
Colégio Pentágono	Jacarepaguá	R\$ 766,82	0,898	Não informou
Colégio Santa Mônica	Jacarepaguá	R\$ 766,82	0,898	R\$ 788,00
	Cachambi	R\$ 709,05	0,900	
Sistema MV1	Cascadura	R\$ 428,76	0,833	R\$ 482,00
	Meier	R\$1.000,16	0,931	
	Recreio	R\$1.116,18	0,894	
Colégio Alfa	Jacarepaguá	R\$ 766,82	0,898	R\$ 620,00
	Barra	R\$ 2.488,42	0,957	
Colégio PH	Ipanema	R\$ 2.465,45	0,962	R\$ 2.600,00
	Barra	R\$ 2.488,42	0,957	
Centro Educacional da Lagoa (CEL)	Jardim Botânico	R\$1.952,77	0,991	R\$1.373,00
	Barra	R\$ 2.488,42	0,957	
	Ilha do Governador	R\$ 1.316,00	0,963	
Colégio Bahiense	Barra	R\$ 2.488,42	0,957	R\$ 998,68
	Jacarepaguá	R\$ 766,82	0,898	
Colégio Nossa Senhora do Rosário	Campo Grande	R\$ 351,11	0,810	R\$ 528,00

¹¹ Foram consideradas as médias das mensalidades obtidas nas Unidades Escolares que possuem o 3º ano do ensino médio. O Colégio MV1 possui um sistema de bolsas por mérito que envolve o histórico escolar do aluno durante todo o ensino fundamental e médio. As bolsas variam de 10% a 50%. O Colégio CEL é integral e o Colégio PH disponibiliza todas as apostilas (1 por mês por disciplina), simulados e aulas de reforço incluído na mensalidade. Não foram consideradas, neste momento, unidades fora da cidade do Rio de Janeiro.

¹² Instituto Pereira Passos; IBGE. [Tabela 1172 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal \(IDH\), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros - 2000](#) (XLS) (em português). Página visitada em 23 de julho de 2008.